

## A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS CAMPONESES EM GOIÁS:

1948-1964



Danilo RABELO<sup>1</sup>

### RESUMO

O artigo examina as formas como se organizaram os camponeses na luta pela posse da terra em Goiás, entre 1948 e 1964, contra o processo de expropriação causado pelo avanço da fronteira agrícola e das relações capitalistas no campo, inserindo-as numa perspectiva mais abrangente que é a nova divisão inter-regional do trabalho no Brasil.

### A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA EM GOIÁS

A economia goiana, no início do século XX, não possuía uma unidade. O isolamento, a extensão territorial, a baixa densidade demográfica e a falta de meios de comunicação e transporte impediram a unificação da economia goiana até a metade do século.

Naquele período, a pecuária extensiva era a principal atividade econômica em Goiás. Dada a escassa população, a facilidade de penetração nas faixas campo-cerrado, o gado expandia-se exigindo pouca mão-de-obra, pouco capital e apenas pastagens naturais. As relações de produção eram baseadas na partilha. Contudo, o mercado era muito limitado devido aos elevados preços dos fretes, tornando a pecuária goiana subsidiária da pecuária de Minas e São Paulo (Bertran, 1978, p. 97).<sup>2</sup>

A pecuária goiana dividia-se em dois tipos: o gado curraleiro voltado para a alimentação, mas exigindo processos rotineiros e pouquíssimo

<sup>1</sup> Professor do CEPAE/UFG.

<sup>2</sup>Veja também Francisco Itami Campos, "Questão Agrária: Bases Sociais da Política Goiana (1930-1964)". Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 1985, p. 5 a 9

capital; e o gado zebu, com criação baseada em técnicas mais desenvolvidas e auferindo maiores lucros. Enquanto o gado zebu era criado nas regiões próximas a Minas e São Paulo, o curraleiro era criado nas demais regiões.

A agricultura, por sua vez, estava voltada para a produção de alimentos, baseada na produção familiar, cujos processos eram primitivos, geralmente em terras cedidas. Não constituía, segundo Paulo Bertran, nem uma economia natural, nem de mercado, mas de abastança, onde o excedente é eventualmente trocado (Bertran, 1978, p.66).

A pecuária goiana constituía a principal fonte de receita do Estado através do imposto de exportação, até 1930.

A crise da economia cafeeira não permitiu a expansão da cultura do café até Goiás. Por outro lado, ela não interrompeu o avanço da fronteira agrícola, pelo contrário, a monocultura e as importações de cereais e outros gêneros alimentícios pressionavam a taxa cambial, abrindo espaços para que se desenvolvesse em Goiás uma agricultura comercial, voltada para suprir os grandes centros urbanos.

A expansão da fronteira agrícola em Goiás efetuou-se com a sobreposição das *frentes de expansão* e das *frentes pioneiras*. Para José de Souza Martins, a frente de expansão é caracterizada pela utilização privada das terras devolutas, através da posse, sem que estas assumam a equivalência de mercadoria. Na frente de expansão, a economia não pode ser definida como natural, porque o excedente adquire valor de troca no mercado. Já a frente pioneira caracteriza-se pelo empreendimento econômico, incorporando a região à economia de mercado, onde a terra não é ocupada, mas comprada (1975, p. 46-47).

A partir de 1913 com a chegada dos primeiros quilômetros de ferrovia à cidade goiana de Ipameri, Goiás foi sendo integrado ao mercado nacional e passou a receber intenso fluxo migratório. Inicialmente os trilhos estendiam-se apenas no sudeste do estado, da margem direita do Paranaíba à margem esquerda do Rio Corumbá. As obras de alongamento

dos trilhos ficaram paralisadas até 1922, à espera da conclusão da ponte "Epitácio Pessoa".

As áreas que foram sendo ocupadas ao longo da ferrovia já constituíam-se frentes pioneiras, em virtude da expressiva produção agrícola destinada ao mercado e do avanço paulatino das casas comerciais e bancárias, entre as décadas de 20 e 40. As mercadorias que mais concorreram para o valor da exportação foram arroz, bois gordos, fumo charque, couros, suínos, toucinho e borracha. Enquanto o arroz era o principal produto da lavoura, cultivado com técnicas rudimentares e em pequenos estabelecimentos, a pecuária continuava sendo o principal produto de exportação (Campos, 1985, p. 17-20).<sup>3</sup>

A implantação das ferrovias em Goiás aumentou a arrecadação estadual conforme a fonte oficial abaixo:

em 1927 Continua a ser a estrada de ferro um dos grandes propulsores do nosso desenvolvimento. Desde que foi inaugurada... os rendimentos dos artigos de exportação vêm aumentando à medida que mais vem penetrando no nosso território. A cada quilômetro de penetração correspondem mais alguns contos de aumento do imposto de exportação. Em 1914, o seu rendimento foi de 67:398 esse rendimento elevou-se a 1.066.250.<sup>4</sup>

Se por um lado a estrada de ferro aumentava a arrecadação, por outro lado, sua implantação não foi resultado do esforço das oligarquias dominantes no Estado, que eram contrárias a qualquer mudança progressista que pudessem alterar o *status quo* político-oligárquico no Estado. A implantação da estrada de ferro foi resultante de uma fração modernizante da classe dirigente no Estado, mas principalmente do apoio financeiro do Governo Federal e do capital estrangeiro (Borges, 1995b, p. 7).

<sup>3</sup>Veja também Paulo Bertan. Uma Introdução à História Econômica do Centro-Oeste do Brasil, Brasília: CODEPLAN, Goiânia: UCG, 1988, p. 70 a 71. e Maria Esperança F. Carneiro. A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas, Goiânia: CEGRAF/UFU, 1988, p. 71 a 75.

<sup>4</sup>Goiás. Mensagem ao Congresso 1928, Correio Oficial, nº 1428, de 31 de maio de 1928, p. 19.

A instalação da ferrovia no sudeste goiano trouxe muitas modificações no panorama regional goiano: a valorização das terras, por exemplo. Em Ipameri, o alqueire que era vendido por 50\$000 em 1915, passou a ser vendido por 300\$000 em 1921. Além disso, houve um fluxo migratório do tipo rural-rural nas regiões fronteiriças do Estado ocupando-se os espaços vazios.

A segunda fase de construção da ferrovia "Goiás", porém, foi morosa e irregular em decorrência de inúmeros fatores econômicos e políticos: as disputas oligárquicas locais e os antagonismos de interesses econômicos regionais; a crise econômica e a nova política de transportes após o Movimento de 1930; as dificuldades de importação de equipamentos e materiais causada pela II Guerra Mundial.

Após o Movimento de 1930, o setor público passou a criar mecanismos institucionais e econômicos que ajustariam a economia goiana ao novo padrão de acumulação que estava sendo implantado no país, constituindo o que Luciano Martins chamou de "modernização conservadora". É oportuno lembrar que "a expansão da fronteira agrícola de após trinta foi condicionada em seu ritmo, quando não na sua motivação, pelas dimensões e pelo caráter do novo padrão de acumulação, determinado pela concentração e centralização de capitais no setor industrial sediado em São Paulo" (Szmerecsányi, 1984, p. 136).

Inicialmente o poder público procurou abolir, pelo decreto federal nº 21.418 de 17 de maio de 1932, as tarifas alfandegárias sobre o imposto de exportação, principal fonte de receita do tesouro estadual (cerca de 50 % da arrecadação), que seria substituído pelo imposto territorial, entretanto, como a metade do território goiano era composta de terras devolutas, a medida encontrou relutância e resistência por parte dos goianos. Outra medida importante foi a estatização das rodovias que antes eram subsidiadas a empresas particulares.

A partir de 1937, a *Marcha para Oeste* tornou-se uma política levada pelo Estado Novo a fim de promover a ocupação dos vazios demográficos, na tentativa de incorporação dessas áreas ao conjunto produtivo nacional. Contra os particularismos regionais e o arquipélago econômico, ergueu-se

a bandeira da marcha para o Oeste, a fim de legitimar-se o regime político. Não obstante o seu caráter ideológico, a expansão da fronteira agrícola através da marcha para o Oeste englobava muitos interesses coincidentes: "problemas de segurança, de mercado, de fonte de riquezas, de esforço do ideal nacional, de exigência de vasto território, acompanham a necessidade de posse da terra para os pequenos lavradores e da possibilidade de dirigir as correntes migratórias, desagrevando os problemas e as tensões sociais nos centros urbanos (Dayrell, 1974, p. 69). Assim, houve um enorme fluxo migratório para o território goiano.

Dentre os fatores que contribuíram para o fluxo migratório acima mencionado, destacamos a construção de Goiânia, a partir de 1933, com uma intensa divulgação e propaganda em torno da cidade e o traçado das rodovias convergindo para a nova Capital, permitindo um fácil acesso a ela. Paulo Bertran afirma que ela nasceu, pois como suporte urbano em uma frente de expansão rural.

Em 1935, o governo estadual mudou sua legislação sobre terras: a Lei nº 52 de 13 de dezembro, concedia favores beneficenciais, doando pelo prazo de dez anos um lote de terras devolutas de 25 ha na região das matas de São Patrício, contudo se esta lei não foi regulamentada, nem posta em prática, ela funcionou como um chamariz para os sem-terras virem para Goiás.

O processo de concentração fundiária em torno de Goiânia, foi intenso e rápido, acompanhado de um extraordinário surto agropecuário. "Em 1950, os antigos 100.000 ha, de matas do município de Goiânia, registrados em 1940 reduziam-se a meros 13.000 ha, e os arrendatários envolvidos caíam também verticalmente de 860 para 190 estabelecimentos. A mata fora derrubada, plantou-se cereais dois ou três anos, formaram-se pastos. O arrendatário já era dispensável no novo império do boi" (Bertran, 1988, p. 97).

O governo federal, por sua vez, durante o período do Estado Novo, promoveu a criação da CANG (Colônia Agrícola Nacional de Goiás) e da Fundação Brasil Central como medidas efetivas para a expansão econômica e demográfica para o Oeste.

A Colônia Agrícola Nacional de Goiás, criada em 1941, sob a administração da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura promovia a vinda de lavradores sem-terras para a região de Ceres, onde receberiam lotes de até 25 ha para cultivar, sobre os quais não teriam direito de propriedade até a outorga da propriedade expedida pelo Presidente da República.<sup>5</sup>

A propaganda radiofônica direcionada aos lavradores para virem para Goiás, a princípio dizia: "Lavrador sem terra, venha para Goiás, trabalhar na sua terra doada pelo Governo". Após 1942 os anúncios tornaram-se mais provocadores: "Lavrador que não tem terra deve vir para Goiás, só não vem quem não quer trabalhar e ter o que é seu". O que não se explicava era que as terras doadas eram apenas aquelas da CANG e, assim, o território goiano recebeu uma quantidade maior de imigrantes que a Colônia Agrícola recém-criada poderia suportar.

O que se pretendia com a intensa propaganda, segundo Maria Esperança F. Carneiro, não era promover uma mudança na estrutura agrária do Estado, altamente concentrada, mas apenas promover uma mudança espacial da força de trabalho, sem alterações substanciais da sua condição social, com a reprodução de meeiros, parceiros e assalariados em Goiás (1988, p. 71-75).

Os posseiros passaram então a ocupar o centro-norte e o norte do Estado, longe de uma economia de mercado e dos mecanismos de poder. Contudo, durante os anos 50 as novas rodovias, chegando nas regiões ocupadas pelos posseiros, tornaram possível o mercado e aquelas terras sem valor passam a ter preço e chegam novos donos com títulos fornecidos pelo governo ou com documentos falsificados. Além da construção das rodovias que permitiram a unidade econômica de Goiás e o aumento do fluxo migratório, deve-se também destacar a importância da construção de Brasília para a expansão da fronteira agrícola.

A partir dos anos 50, teve início uma nova fase da divisão regional do trabalho. Se antes a agropecuária constituía um mercado fornecedor de matérias-primas para a indústria e alimentos para os centros urbanos, com a destruição da auto-suficiência rural baseada na policultura alimentar e no artesanato, ampliando os mercados consumidores do setor industrial e a especialização e a crescente produtividade do setor agropecuário (Szmrecsányi: 1984, p. 150).

A especialização da economia agrária em Goiás, com o crescimento da pecuária e a diminuição da lavoura, decorria das relações de interdependência entre a indústria e a agropecuária na divisão social do trabalho, levando a uma redefinição das funções da agropecuária.

Sobre este aspecto, Barsanufo G. Borges, critica as proposições de Paulo Bertran e Francisco Itami Campos. Para Bertran, o predomínio da pecuária consistia na "vocalização pastoril de Goiás (...) como uma fatalidade a que foi forçado pela língua de população, capitais e terras de cultura (...) O gado, por exigência, produção marginal de espaços marginais" (1978, p. 113). Segundo Barsanufo G. Borges, a idéia de "vocalização pastoril" tem um aspecto ideológico que interessava tanto às oligarquias estaduais interessadas em manter e reforçar a posição dominante da pecuária, quanto aos interesses do setor urbano-industrial do Sudeste interessado em manter a divisão inter-regional do trabalho vigente na economia do país. Além disso, a pecuária era um setor mais dinâmico da economia agrária destinado à redução dos custos da reprodução da força de trabalho na indústria (1995a, p. 7).

A proposição de Francisco Itami Campos tenta demonstrar que "a decisão econômica de redução de custos de mão-de-obra, principalmente, de eliminação de risco, dada à variação de preços e à insegurança quanto aos mínimos preços dos produtos agrícolas" levou à *pecuarização da lavoura*, isto é, à alternância entre a criação de gado e a plantação da lavoura (1985:35). Para Barsanufo Borges, tal pecuarização decorria da estagnação da lavoura, causada por vários fatores. Dentre eles, destacamos: a deterioração das relações de trocas entre indústria e agricultura em detrimento desta última, o alto custo de transporte dos produtos agrícolas, o rápido esgotamento do solo e, sobretudo, o crescimento da demanda de

<sup>5</sup>Secretaria do Conselho de Imigração de Colonização. *Goiás: Uma Nova Fronteira Humana*, Rio de Janeiro, 1949, p. 187, citado por Barsanufo G. Borges. "Meios de Transporte em Goiás". Goiânia, UFG, 1995b/d, p. 15.

produtos de origem animal, no Sudeste, elevando o preço da carne bovina (1995a, p. 9).

A especialização e a modernização da agropecuária exigida pelo novo padrão de acumulação não alterou a estrutura dos latifúndios em Goiás. Mesmo a tendência de diminuição da área e do predomínio da média propriedade, a partir de 1950, não significou a democratização da propriedade da terra em Goiás, mas sim, a grande propriedade dando lugar à grande exploração e à expansão do capital provocando mudanças no setor agrário e redefinindo espaços. Contudo, a estrutura agrária no Estado continuava concentrada. A forma de utilização da terra estava relacionada com o tamanho da propriedade: enquanto nas pequenas propriedades praticava-se a lavoura, nas grandes propriedades havia a pecuária extensiva e, nas médias, havia a sobreposição da agricultura e a pecuária (Campos, 1985, p. 68-71).

À medida que as rodovias passaram a dar unidade à economia goiana, chegando até as regiões do centro e extremo-norte do Estado, a frente de expansão e a frente pioneira se sobrepuseram dando origem aos conflitos entre dois regimes de propriedade da terra: a posse, de um lado, e a propriedade privada, mais especificamente capitalista, de outro. Assim, a partir dos anos 50, eclodiram em Goiás inúmeras tensões e conflitos sociais,--cuja expressão mais marcante foi a Revolta de Trombas e Formoso-, a ponto de a questão da posse da terra ter significativo peso político na região centro-norte.

#### CONFLITOS SOCIAIS CAMPONESES EM GOIÁS: 1948-1964

Esses conflitos refletiam a diferença entre conceito de propriedade, e portanto de posse, por parte dos trabalhadores e aquele utilizado na moderna sociedade de mercado. Maria do Carmo F. Tedesco, baseando-se em Rugai Bastos e Neide Esterici, afirma que existe uma representação para o trabalhador rural que associa a noção de "autonomia" à de "propriedade", isto é, "o trabalhador não reconhece sua submissão indireta ao capital. Para ele, o que lhe subtrai a autonomia é não dispor da posse da terra" (1995, p. 45). Para o arrendatário, a solução para sua definitiva

autonomia estava na compra da propriedade, este conceito fluido de propriedade não questionava a legitimidade da mesma.

Por outro lado, o conceito de propriedade na região resulta de três concepções, trabalho investido, antiguidade da ocupação e morada. Proprietário para os posseiros é quem derruba a mata, torna a terra produtiva e estabelece relações com a vizinhança, ou seja, este conceito é mais próximo ao "usufruto" da terra. As relações de mercado desorganiza este tipo de ocupação e de relações sociais.

Deste modo, os movimentos sociais dos posseiros ganham um novo direcionamento, transformando-se numa luta pela Reforma Agrária de caráter legal, dentro da ordem, "*uma ordem a ser transformada, é verdade, mas não negada*", mas como a terra entendida como renda e valor de mercado não faz parte da concepção dos posseiros, as soluções forjadas nos conflitos resultam sempre em insatisfação e vitórias relativas, uma vez que as mesmas resultam de lógicas diferentes (Tedesco, p. 46-50).

A luta de Trombas e Formoso, nas proximidades de Uruaçu, inicialmente girava em torno do arrendo fazendeiros sobre as terras ocupadas e o processo de legalização das terras com alguns grileiros requerendo a propriedade, mediante a alegação de serem herdeiros de Cactano Cardoso que as recebeu por carta de sesmaria em 1795. O Estado fechava os olhos frente aos grileiros, a maioria deles cabos eleitorais do PSD. Assim, os camponeses longe dos mecanismos do poder perdiam suas posses.

A inserção do Partido Comunista no campo remonta o final do Estado Novo, quando ocorreu a III Conferência Nacional do PCB em 1946, propunha tanto a luta pela terra como a melhoria das condições de vida no campo, através da organização das massas camponesas em associações como ligas e cooperativas. As primeiras ligas camponesas orientadas pelo PC surgiram no Triângulo Mineiro, sendo definidas como "associação de trabalhadores do campo que visavam congregar em seu seio todas as pessoas que tivessem como fonte de renda a exploração agrícola e pastoril" Proclamavam como seus inimigos "o amarelão, o analfabetismo e os exploradores do câmbio", definindo uma estratégia de colaboração entre as

classes visando a consolidação da economia e da democracia do pós-guerra (Guimarães, 1988, p. 45-46).

As primeiras ligas camponesas de Goiás surgiram na região próxima ao Triângulo Mineiro - Orizona, Pires do Rio, etc. - possuindo um caráter legalista, cujos instrumentos de luta eram, em geral, jurídicos, baseando-se no artigo 138 da Constituição Estadual que garantia a taxa do arrendo em 20% ou no Código Civil. Quando o PC entrou na ilegalidade, a partir de 1947, as ligas receberam outras denominações como irmandade, união camponesa, associação rural e concentração. A luta pelo baixa do arrendo durou até 1951, quando aumentaram os confrontos entre arrendatários e parceiros contra os proprietários da terra.

Em 1954, na II. Conferência Nacional de Lavradores de Trabalhadores Agrícolas, ocorrida em São Paulo, fundou-se a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) a fim de direcionar a organização dos trabalhadores rurais. A reforma agrária constituiu-se na reivindicação central entendida como confisco das terras dos latifundiários e das companhias estrangeiras, coincidindo com o Manifesto de Agosto/50 e o IV Congresso do PC de 1954. Logo após estes congressos, a UCG (União dos Camponeses de Goiás) foi transformada em ULTAG (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Goiás), preocupada em atender as reivindicações dos posseiros e dar estatutos legais às associações. Duas associações se destacaram a de Trombas e Formoso e a de Itauçu.

Quando a luta em Trombas e Formoso, organizada em torno da associação de lavradores, de seu presidente José Porfírio e dos conselhos de córrego, tomou aspecto de luta armada e guerrilha, o movimento ganhou proporções nacionais. Contudo, em 1956 houve a cisão entre o Partido Comunista e as lideranças de Trombas e Formoso, que não aceitavam as decisões do partido que não se baseavam na realidade dos posseiros, sem consultar as suas bases (Carneiro, 1988, p. 154). Segundo Maria do Carmo F. Tedesco, o PC reconhecia a necessidade de lutar contra as estruturas arcaicas de produção, o latifúndio e o imperialismo. No entanto, essa luta pela terra transformava-se num projeto no qual o camponês não se reconhecia, pois ele tinha por perspectiva a reconstrução

de uma forma de vida comunitária corroída pelo sistema e não pela permanência de formas arcaicas de produção (1995, p. 55-57).

No início da década de 60, à medida que a reforma agrária tornava-se tema nacional, outras instituições como a Igreja e o Estado entram em cena apresentando projetos de reforma agrária e alternativas de organizações dos trabalhadores em sindicatos. A partir dos anos 50 a Igreja mudou a forma transcendental de justiça e fraternidade com que tratava as contradições sociais para uma ação mais efetiva na sociedade incorporando questões desenvolvimentistas posta pelo Estado e a sociedade civil, como a reforma agrária, o sindicalismo, a alfabetização, o cooperativismo, etc.

Em Goiás, a experiência de reforma agrária cristã ocorreu entre 1961-66, na Fazenda Conceição, município de Corumbá, a partir da organização da arquidiocese de Goiânia. O objetivo era criar uma classe média de produtores rurais, dentro da ideologia desenvolvimentista, dando ênfase à organização sindical e ao MEB (Movimento de Educação de Base) veiculado através de escolas radiofônicas. A princípio dividiu-se a propriedade em 56 glebas distribuídas a famílias de pequenos produtores, cuja produção de subsistência, era comercializada apenas parcialmente baseando-se no cooperativismo.

O fracasso do projeto esteve intrinsecamente relacionado às propostas paternalistas e autoritárias que o caracterizaram. Maria Rita G. Loureiro comentou assim o referido fracasso:

a eficiência, medida através do aumento de produtividade, do sucesso da organização cooperativista ou de melhora de renda da família, mas sobretudo porque politicamente constituiu-se como ação A idéia do projeto não partiu das demandas específicas dos próprios trabalhadores, mas, ao contrário, surgiu da preocupação da hierarquia da Igreja com a concorrência que a ação comunista poderia representar à sua liderança junto às classes subalternas rurais. Foi elaborada por técnicos (que, inclusive, buscavam soluções fora do nosso contexto social, no modelo do Kibutz israelitas) e foi levado tudo pronto para os trabalhadores... Em suma, a experiência de reforma agrária da Fazenda Conceição foi

fracassada do ponto de vista dos trabalhadores não só porque não atingiu isolada, originada de propostas de fora, estranha à vida dos trabalhadores, desvinculadas de suas reivindicações e orientações por padrões autoritários de comportamento. Não teve repercussão mais ampla a nível dos movimentos sociais que se processavam na sociedade brasileira da época, nem tampouco contribuiu para o desenvolvimento das organizações de classe dos trabalhadores rurais (1980, p. 49-50).

No governo de Mauro Borges (1961-64) delineou-se uma política agrária mais definida visando a incorporação e a mobilização dos trabalhadores rurais, principalmente posseiros, de acordo com as exigências colocadas ao Estado para subsidiar o avanço do capital em Goiás e canalizar a insatisfação no campo manifestada pelo conflito de posseiros (Guimarães, 1988, p. 91). Havia também uma tentativa de um grupo (burocratas e políticos progressistas) de acelerar o processo de desenvolvimento capitalista no Estado e, fazer face à reação da fração da classe dominante reacionária.

A eleição de Mauro Borges para Governador aglutinou em torno de si três partidos: PSD (Partido Social Democrático) representando os fazendeiros do interior; o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) encarregado de unir as forças políticas do PSD e representar professores, garimpeiros, posseiros, etc.; e o PSB (Partido Socialista Brasileiro), cujo deputado José Porfírio de Souza fora líder do movimento de Trombas e Formoso.

De sua posse até a ruptura PSD/PTB, em julho de 1963, a política de Mauro Borges estava "direcionada a encaminhar a questão da posse da terra.

presente na década de 50/60". De acordo com as diretrizes de seu Plano MB, em 1962, foi criado o IDAGO (Instituto de Desenvolvimento Agrário) através do qual propunha-se uma política de colonização dos trabalhadores rurais sem terra nos espaços vazios do norte goiano, sob a sua administração. A política de colonização do Estado, que determinou a criação das colônias de Tocantinópolis e Bernardo Sayão e o combinado Agro Urbano de Arraias, objetivava a reforma agrária nos moldes

cooperativistas (a exemplo dos Kibuts de Israel), a fim de aumentar a produtividade dentro de um projeto de modernização capitalista da agricultura.

No I Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais, realizado em Belo Horizonte a 17 de novembro de 1961, a delegação de Goiás divergia das diretrizes tomadas pelas Ligas Camponesas, a partir do slogan "Reforma Agrária na Lei ou na Marra", em virtude da hegemonia do PC na organização camponesa em Goiás e a entrega parcial de títulos de posse de terra feita por Mauro Borges aos posseiros do movimento de Formoso. Contudo, algumas dissidências do PC organizaram outras ligas camponesas a fim de fazer o recrutamento de camponeses, mas foram reprimidas em 1962.

Outra proposta do governo Mauro Borges, além da política de colonização, era a sindicalização em massa dos trabalhadores rurais, que aumentou enormemente durante o período de 1962-63.

Ante a radicalização das propostas aprovadas no I Encontro de Trabalhadores Rurais, os proprietários rurais, argumentando em defesa do direito de propriedade e ameaça de violação da democracia, iniciaram uma campanha de sindicalização das classes patronais, em escala nacional, ampliando os mecanismos de defesa das propriedades sujeitas à desapropriação. E, a partir do golpe de 1964, os sindicatos nascentes foram desativados, os líderes perseguidos e presos.

A luta pela posse da terra, no centro-norte, expressa no projeto das Associações e Federações de "Lavradores sem Terra" e no Movimento Social de Trombas e Formoso, indicava que, nesse período, estava na base dos conflitos sociais existentes no campo a grilagem das terras ocupadas por posseiros ou migrantes expulsos de outras regiões do país. Verificava-se, pois, no centro-norte, a presença de uma luta contra a expropriação da terra ou contra os interesses de fazer a terra entrar no circuito de valorização do capital. Na base dos conflitos sociais existentes, havia um luta pela autonomia camponesa - visando à preservação do objeto e meio de trabalho, o que expressava formas de resistência ao desenvolvimento capitalista marcado pela concentração da terra no centro-norte do estado,

que tinham significativo peso político, na medida em que articulavam e mobilizavam parte significativa do campesinato em Goiás e, nas condições em que se processavam, revelavam um caráter "potencialmente ofensivo".

*Abstract:*

RABELO, Danilo. The expression of the agricultural border and the movements social peasants in Goiás: 1948-1964. *Temporis(Ação); Goiás, V.1, N.1 - junho / 1997*

*The article examines the forms as were organized the peasants in the fight for the ownership of the earth in Goiás, between 1948 and 1964, against the expropriation process caused by the progress of the agricultural border and of the capitalist relationships in the field, inserting them in an including perspective than it is the new inter-regional division of the work in Brazil.*

BIBLIOGRAFIA

BERTRAN, Paulo. **Formação Econômica de Goiás.** Goiânia: Oriente, 1978.

\_\_\_\_\_. **Uma Introdução à História Econômica do Centro-Oeste do Brasil.** Brasília: CODEPLAN/Goiânia: UCG, 1988.

BORGES, Barsanufio Gomides. **Expansão da Fronteira Agrícola em Goiás.** Goiânia: UFG, (mimeog), s/d.

\_\_\_\_\_. **Goiás na Divisão Regional do Trabalho 1930-1960.** Goiânia: UFG, (mimeog), 1995 a.

\_\_\_\_\_. **Meios de Transporte em Goiás.** Goiânia: UFG, (mimeog), 1995 b.

\_\_\_\_\_. **Transporte Rodoviário, Fluvial e Aéreo em Goiás.** Goiânia: UFG, (mimeog), 1995 c.

CAMPOS, Francisco Itami. **Questão Agrária: Bases Sociais da Política Goiana 1930-1964.** Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1985.

CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. **A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas.** 2ª ed., Goiânia: UFG, 1988. (Col. Teses Universitárias, 42).

DAYRELL, Eliane Garcindo. **Colônia Agrícola Nacional de Goiás: Uma Análise de uma Política de Colonização e Expansão para o Oeste.** Dissertação de Mestrado, Goiânia: ICHL/UFG, 1974.

GOIÁS. **Mensagem ao Congresso 1928.** In Correio Oficial nº 1428, de 31 de maio de 1928, p. 19

GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. **Formas de Organização Camponesa em Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1988, (Col. Teses Universitárias, 47).

LOUREIRO, Maria Rita G. **Brasil Anos Sessenta: Igreja e Reforma Agrária** In **Cadernos do CEAS**, nº 66, mar./abr., 1980, p. 49-50.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1975.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **O Desenvolvimento - da Produção Agropecuária (1930- 1970)**". in: **História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Republicano**. Tomo III, 4º vol. Economia e Cultura (1930-1964), São Paulo: Difel, 1984.

TEDESCO, Maria do Carmo Ferraz. **A CONTAG e a Reforma Agrária - Um Estudo Sobre a Estrutura Sindical Formal e as Lutas Camponesas**. Dissertação de Mestrado. Goiânia: ICHL/ UFG, 1995.